



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9983 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

ESTUDO DA EFETIVAÇÃO DO PROJETO MEMÓRIA E IDENTIDADE: PROMOÇÃO DA IGUALDADE NA DIVERSIDADE (MIPID) EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM CAMPINAS (SP)

Marcus Venicius de Brito Coelho - PUC-CAMPINAS - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Artur José Renda Vitorino - PUC/CAMP - Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ESTUDO DA EFETIVAÇÃO DO PROJETO MEMÓRIA E IDENTIDADE: PROMOÇÃO DA IGUALDADE NA DIVERSIDADE (MIPID) EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM CAMPINAS (SP)

Resumo:

Esta pesquisa partiu das inquietações do autor frente às dificuldades enfrentadas para a implementação e cumprimento da Lei 10.639/2003, e foi orientada pelo seguinte problema: Como foram as participações das escolas do Ensino Infantil na implementação da Lei 10.367/03? Assim, foi descrito e analisado o Programa Memória Identidade Promoção da Igualdade na Diversidade (Mipid) e sua implementação num Centro Municipal de Educação Infantil da Prefeitura de Campinas/SP (Cemei). Objetivou-se estudar: a) como se procedeu a implementação da lei 10.639/2003 na Educação Infantil, em Campinas; b) mapear e descrever o Mipid e projetos que envolvem a temática étnico-racial na escola pesquisada. As fontes da pesquisa foram os relatórios anuais desse Programa, os Projetos Pedagógicos e livros atas de reuniões; inquiridas e analisadas por meio do referencial metodológico de Adalberto Marson, e dos referenciais teóricos de Stuart Hall, Axel Honneth e Mário Vieira de Mello. Esta pesquisa partiu da hipótese da existência do esteticismo no Mipid com seus desdobramentos nas unidades escolares municipais de Campinas. Concluiu-se que o Mipid pautou-se no esteticismo, e a cultura escolar do Cemei encontrava-se em conformidade com a ética.

Palavras-chave: Educação Infantil, Lei 10.639/2003, reconhecimento, ética e esteticismo.

Desenvolvimento:

Este trabalho constituiu-se numa pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, concluída no ano de 2015, que partiu das inquietações do autor frente às dificuldades enfrentadas para a implantação e cumprimento da Lei 10.639/2003 no âmbito escolar. Tal investigação foi orientada pelo seguinte problema: Como foram as participações das escolas do Ensino Infantil na implementação da Lei 10.367/03? Este problema desdobrou-se nas seguintes questões: Quais dificuldades foram encontradas para a implementação dessa lei? Como foi a participação das escolas? A implementação no interior das escolas teve alguma relação com o movimento negro e sua militância? Qual a relação que podemos estabelecer entre a implementação da lei e a teoria da luta por reconhecimento de Axel Honneth?

Passados 10 anos da homologação da Lei nº 10.639/2003, no recorte temporal desta pesquisa (2004 -2014), ainda foram encontradas escolas em Campinas, que, a despeito da obrigatoriedade da lei, não apresentavam trabalhos referentes à temática e outras que se referiam à implementação da lei, mas que não apresentavam um trabalho efetivo ou apresentavam trabalhos que não eram desenvolvidos de forma apropriada, tomando como parâmetro os referenciais das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação para as Relações Étnico-Raciais. Dessa forma, esta pesquisa almejou trazer contribuições relevantes para o assunto, pois buscou apresentar novos elementos para tal questão, ao tratar da implementação da referida lei na Educação Infantil.

O presente trabalho justifica-se pelo fato de que há poucas pesquisas sobre a implantação e implementação da Lei 10.639/2003 no período pesquisado, em que se verifica um número reduzido de trabalhos acadêmicos com tal temática em relação à educação infantil, a qual faz parte de nossas reflexões¹.

Para tanto, foi descrito e analisado o Programa Memória Identidade Promoção da Igualdade na Diversidade (Mipid)² e sua implementação em um Centro Municipal de Educação Infantil de Campinas/SP. Tal intento apresentou os seguintes objetivos: i) estudar como se procedeu à implementação da lei 10.639/2003 na Secretaria Municipal de Educação de Campinas - SME/PMC na Educação Infantil; ii) mapear e descrever o Mipid e Projetos que envolvem a temática étnico-racial na escola pesquisada.

O corpus empírico da pesquisa foi delimitado pelos Relatórios anuais do Mipid, pelos Projetos Pedagógicos e livros atas de reuniões da escola pesquisada, somado ao blog no período de 2004 à 2014. Essas fontes foram delimitadas e analisadas por meio do referencial metodológico de Adalberto Marson (s/d), e dos referenciais teóricos de Stuart Hall (2011), de Axel Honneth (1992) e de Mário Vieira de Mello (1963).

A dissertação, dividida em três capítulos, traz no primeiro capítulo, intitulado “*Panorama do Programa Mipid: trajetória, ações e desdobramentos*”, uma narrativa descrito-crítica do programa Mipid por meio de seus relatórios anuais, de 2002 a 2007; o segundo capítulo: “*Luta por um lugar ao sol: caminhos para o trabalho sobre etnia, diversidade e identidade*”, tratou da implementação da Lei 10.639/2003 pelo Cemei no período de 2004 a 2014; o terceiro capítulo: “*Análise do Corpus à Luz da Teoria Crítica da Axel Honneth e a questão da ética e estética de Mário Vieira de Mello*” trouxe a análise do material apresentando nos dois primeiros capítulos sob a lente da teoria crítica da luta por reconhecimento recíproco de Axel Honneth e pelas reflexões de Mário Vieira de Mello sobre a cultura brasileira.

Com vistas a verificar a efetivação da implementação da Lei 10.639/2003 e objetivando estudar como se procedeu a implementação dessa lei na Prefeitura de Campinas na educação infantil, a pesquisa foi realizada por meio de uma análise documental de legislações, resoluções, pareceres concernentes à temática étnico-racial, bem como, foi realizado um

mapeamento e descrição da base organizacional da PMC, aliado à análise dos relatórios anuais do Programa Mipid. Além dos documentos municipais, realizou-se uma investigação com base nos projetos pedagógicos, livros atas e textos produzidos e publicados no blog do Cemei.

Esta pesquisa partiu da hipótese da existência do esteticismo, termo este de Mello (1963), no Mipid com seus desdobramentos nas escolas municipais de Campinas. Neste sentido, foi descrito e analisado o Programa e sua implementação no Cemei na efetividade da Lei 10.639/2003. Essas fontes foram delimitadas e analisadas por meio do referencial metodológico de Marson, e dos referenciais teóricos de Hall, de Honneth e de Mello.

As análises realizadas nos indicam que o Programa Mipid e suas ações realizadas contribuíram para a implementação da Lei 10.639/2003 em Campinas. Entretanto, o Programa por si só não garante o efetivo cumprimento do exposto no dispositivo legal; ou seja, o fato da existência do Mipid no município de Campinas, não foi suficiente para afirmar que todas as escolas realizaram um trabalho efetivo com a temática étnico-racial conforme a lei.

Muito embora o Mipid seja um programa premiado, tendo em vista a sua importância e qualidade, não teve aderência de todas as escolas. É necessário ressaltar que logo após o período do recebimento do prêmio algumas das escolas que desenvolviam o projeto pararam com seu desenvolvimento. Em outras palavras, podemos dizer que ele apresentou uma perspectiva estetizante, de acordo com as contribuições de Mello (1963), no que se refere à política pública por parte da SME.

A pesquisa apontou a denúncia de negligência na demanda das escolas por parte da SME, pelo fato de, inicialmente, esta secretaria não ter o entendimento de que as escolas deveriam considerar em seus projetos pedagógicos a questão do pertencimento racial para atender as demandas de seus educandos.

A escola deveria ser entendida como espaço de reflexão da formação humana e, assim, considerar a cultura e o histórico de vida de seus educandos. Percebeu-se o descumprimento da Lei Orgânica a partir de denúncia da inexistência de projetos e programas com a temática étnico-racial, no período de 1993 a 1996, e a descontinuidade dos projetos associados ao programa Mipid, no período de 2002 a 2014.

Outros problemas encontrados foram a falta legitimidade dos educadores étnicos, atuando como multiplicadores nos Núcleos de Ação Educativa Descentralizado (NAEDs) e nas escolas; e a denúncia da falta de liderança da maioria dos diretores frente aos projetos e programas relacionados ao Mipid. Observou-se nas entrevistas a existência de preconceito racial, discriminação racial e racismo presentes no interior das escolas, destinadas aos alunos por parte da equipe gestora, na maioria das vezes de forma velada.

Percebeu-se que as escolas, apesar da lei e de sua obrigatoriedade, ainda tinham medidas bem aquém que tal discussão precisava, e que havia resistência e escolas que não trabalhavam com a temática, apresentando discursos pouco convincentes para a sua justificativa. É importante destacar que o número de educadores étnicos e de professores que realizaram os cursos não foi suficiente para que pudesse realizar a implementação da Lei 10.639/2003. Algumas escolas trabalhavam com as datas comemorativas, apontando falta de significado e sentido para os alunos afrodescendentes, e seus efeitos seguramente foram negativos para o sentimento de pertencimento do aluno negro e afrodescendente.

Pode-se dizer, então, que o Mipid apresentou uma perspectiva estetizante, de acordo com as contribuições de Mello (1963), no que se referia à política pública por parte da SME, ou

seja, tais propósitos foram assimilados por meio de atividades que “parecem” contornar o problema; mas, de forma existencial, de fato as ações não decorreram de atitudes e comportamentos éticos em prol de uma cultura antirracista implementada na escola.

Mas, contrário a isso, a pesquisa do trabalho realizado no Cemei, no período de 2004 a 2014, efetivou a implementação da Lei 10.639/2003, numa perspectiva ética. E, assim, a qualidade do trabalho desse Cemei, no que se refere à construção da identidade das crianças ali atendidas, à luz da teoria da luta por reconhecimento de Honneth (2003), realizou a construção de uma identidade do grupo de profissionais dessa unidade, que ao longo desses dez anos se empenhou para o êxito de sua proposta pedagógica.

O Cemei iniciou o trabalho com as relações étnico-raciais por meio do Mipid, e no desenvolvimento efetivo com a temática ganhou autonomia pelo fato de seus profissionais apresentarem um compromisso referente ao trabalho com as relações étnico-raciais. Autonomia esta demonstrada pela busca de profissionais para a realização de formações, compra de acervo, bem como a confecção de material para o desenvolvimento do trabalho.

O respeito às características físicas e à cultura das crianças negras e seus descendentes proporcionou uma postura afirmativa e uma autorrelação positiva construída a partir da interação com o outro; assim, o Cemei encontrou formas de possibilitar a construção de identidade dessas crianças por meio de atividades desenvolvidas por projetos.

A escola, na crença de que a construção da identidade se dá na relação com o outro e entendendo-a como espaço de convívio, de relações primárias, apostou na construção de identidade e autoestima que valorizassem suas características físicas e a diversidade cultural, atendendo de fato à demanda daquela comunidade por meio de atividades como contação de histórias, brincadeira de faz de conta, encenação de peças teatrais que trouxeram contribuições sobre modo como os povos africanos olham para a vida e o mundo, permitindo o reconhecimento da história e cultura africana e afro-brasileira.

Percebeu-se que nessa escola o trabalho pedagógico se pautava por uma visão mais ampla na questão das relações étnico-raciais, o que possibilitava uma educação mais justa e com equidade, procurando derrubar barreiras frente ao preconceito racial, a discriminação racial e ao racismo. O padrão normativo do grupo pautava-se no respeito às características físicas e culturais de todas as crianças da escola, e em especial a criança negra e afrodescendente.

O relacionamento entre a criança e o mundo permite a ela se conhecer, reconhecer e conhecer o mundo, o que possibilita a construção de sua identidade social e pessoal. Quando se oportuniza à criança ter experiências positivas em relação à sua identidade, ela terá sucesso na sua construção, e assim a uma alta autoestima, possibilitando a visibilidade das crianças negras a partir de uma tessitura de uma colcha de retalhos com os elementos da história e cultura africana e afro-brasileira como os contos africanos, os bonecos étnicos, a atividade com as bonecas negras e brancas, e o uso de instrumentos de origem afro-brasileira.

O coletivo de educadores dessa escola buscava uma identidade enquanto grupo em reafirmar seus valores e atitudes frente ao trabalho pretendido ao que se referia à formação humana, no atendimento às crianças e às famílias, bem como a própria formação do profissional. Nessa tarefa de se constituir enquanto um grupo que buscava desenvolver um trabalho de relações étnico-raciais, eles, estariam reinventando suas identidades, criando, assim, um padrão normativo tendo como desafio afinar seus conceitos e práticas referentes à temática étnico-racial.

Neste sentido, o grupo buscou o fortalecimento teórico e de aspectos do trabalho que ao longo dessa experiência foi se consolidando e encontrando outras possibilidades que

permitissem articular um trabalho intencional, planejado e aderente à realidade da escola e à comunidade escolar.

A pesquisa aponta para a importância do trabalho realizado pelo Cemei que, ao se apropriar das formações realizadas no âmbito do Programa Mipid, trouxe desdobramentos que se processam no interior da escola, os quais contribuíram para a implementação de uma educação para as relações étnico-raciais e, conseqüentemente, para a construção de um mundo mais equânime e justo.

Referências Bibliográficas:

HALL, Stuart. *Identidade e diferença*, a perspectiva dos Estudos Culturais. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento, a gramática moral dos conflitos sociais*, São Paulo, Editora 34, 1992.

MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico In: SILVA, Marcos A. da (org.). *Repensando a história*. 2ª ed. São Paulo: marco zero. P. 37-64, s/d.

MELLO, Mário Viera de. *Desenvolvimento e cultura, o problema do estetismo no Brasil*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1963.

1 Em pesquisa realizada em maio de 2014, no Banco de dados de teses e dissertações, BDTD, com o descritivo “Ações Afirmativas”, foram encontrados 209 trabalhos, dos quais não se apresentava a temática étnico-racial na perspectiva da Educação Infantil.

2 O Programa MIPID foi instituído no ano de 2002 na Prefeitura de Campinas, por um grupo de trabalho composto por profissionais da educação, que estabeleciam uma relação com o Movimento Negro e suas demandas. Trata-se de um Programa pioneiro, de formação continuada para educadores que antecede a promulgação da Lei 10.639/2003.